

UNIVERSIDADE DE ÉVORA – UM PASSADO COM FUTURO

A ideia de coligir uma antologia de textos e documentos sobre a História da Universidade de Évora surgiu quando preparávamos o Congresso comemorativo dos 450 anos da instituição e que se realizou em 2009. Além dos textos das comunicações, dos muitos congressistas presentes no evento¹, pareceu-nos que teria todo o sentido publicar os textos históricos mais emblemáticos deste longo percurso, não apenas como elemento comemorativo, mas sobretudo pela necessidade de assegurar a memória, que encaramos como o melhor fundamento para preparar o futuro da Universidade. Portanto, o principal objectivo desta antologia é levar a um público diversificado o essencial sobre a História da nossa Universidade, tendo em vista a perspectiva indispensável para que esta vetusta instituição possa continuar a cumprir os fins que, desde a sua fundação, nos aparecem documentados, nomeadamente, o seu carácter pioneiro e inovador nos domínios das ciências e das artes, bem como o seu sentido universalista e de espaço aberto ao debate plural das ideias. Persiste, deste modo, o lema que escolhemos para as comemorações dos 450 anos: um passado com futuro.

Como é sabido, a História da Universidade de Évora está por fazer e já vai sendo tempo de começar a colmatar esta lacuna, dada a sua importância no contexto da História do Ensino em Portugal, não só porque foi a segunda Universidade do reino, mas também porque nela se formaram ao longo dos anos milhares de jovens que semearam a luz do conhecimento em Portugal e por todo o mundo. De facto, nascida numa época marcada pelo Humanismo e pela renovação da ciência e de grandes controvérsias no domínio da religião, a Universidade de Évora soube manter uma vocação ecuménica e acolher nos seus claustros mestres e discípulos provenientes de todo o país e do estrangeiro. Por isso, contribuir para fazer a História da Universidade é também contribuir para compreender melhor a História de Portugal e da Europa, é garantir que seja salvaguardada a sua herança humanista, que em última análise é a base indispensável para adquirir os valores que nos devem orientar nesta era de globalização e de informação.

¹ - Os textos das comunicações apresentadas serão em breve publicados com o título: *Universidade de Évora. 450 Anos de Modernidade Educativa*.

A realização de uma antologia deste género implica escolhas e decisões sobre o que reunir e excluir. Na verdade, muitos são os textos e documentos sobre a Universidade, que estão espalhados pelos arquivos e bibliotecas, e todos eles são importantes para a sua história. Muitos outros se perderam na voragem do tempo, e deles apenas temos uma referência sumária, ou sabemos terem existido. Também neste trabalho tivemos de fazer escolhas, optar entre os diversos documentos. O critério básico que seguimos, tendo presente os objectivos acima referidos, foi reunir cronologicamente um conjunto de textos que permitam ao leitor, seja ele investigador, ou simples curioso e interessado pela História, uma visão global sobre a Universidade nos seus 450 anos de existência.

Convém precisar que incluímos nesta História e também nesta antologia, o período que medeia entre a extinção da Universidade em 1759 e a “segunda fundação” em 1979, por diversas ordens de razões. A primeira, porque o espaço físico, o Colégio do Espírito Santo, continuou sempre a estar afecto ao ensino e formação, acolhendo professores e estudantes de várias proveniências e portanto perseguindo os fins que tinham estado na origem da Universidade. Depois porque a História da Universidade nos parece inseparável desses “200 anos de solidão”, pois que, quer na memória colectiva, quer na documentação, quer na vontade das elites locais, a ideia da Universidade continuou sempre latente e bem viva. Finalmente, como explicar a extinção sem dar a sequência dos factos, o que aconteceu com o edifício e bens da Universidade? O que aconteceu com os seus mestres e alunos? Ou como explicar a “segunda fundação”, a ideia de refundar a Universidade, sem falar do Liceu e da Casa Pia, que ocuparam o edifício anos a fio? Para nós uma História da Universidade que não abarque esse período não permite a visão do conjunto indispensável e estará sempre ferida de lacunas na narração e explicação dos factos.

Optámos por organizar os textos em três períodos cronológicos: a Universidade Jesuítica, o Ensino no Colégio do Espírito Santo entre 1759 até 1974 e os últimos anos que vão da refundação da Universidade até ao presente.

1. A Universidade Jesuítica (1559-1759)

No primeiro período, os duzentos anos da Universidade Jesuítica, transcrevemos a bula da fundação dada pelo Papa Paulo IV (1559), os Estatutos, um alvará da Rainha

D. Catarina concedendo o privilégio de uma feira franca aos estudantes de Évora e duas orações académicas datadas de 1753, versando a História Natural.

Os primeiros Estatutos da Universidade continuam envoltos em polémica e algum mistério. A historiografia tem referido a existência de quatro exemplares, três em Coimbra, no Arquivo da Universidade (cotas: 3388,3389 e 3390), e um na Biblioteca Pública de Évora, Códice CXIV/2-31. Jorge Peixoto aponta que a versão existente em Évora é idêntica a outra de Coimbra e defendeu a seguinte cronologia para os Estatutos:

Primeiros Estatutos – os existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra com o número 3388; Segundos Estatutos – idem com o número 3389; Terceiros Estatutos, idem com o número 3390 e que estão igualmente na Biblioteca Pública de Évora, onde têm a cota: Cod. CXIV/2-31, publicados por Gabriel Pereira e Armando Gusmão².

Segundo Jorge Peixoto, a transcrição de Gusmão é mais fidedigna e correcta, pois transcreve «as notas marginais e outras que o texto apresenta». Esta sequência contraria o juízo de Queirós Veloso e outros, que defenderam que os primeiros Estatutos são os que se encontram em Coimbra, mas com o número 3389. Para precisar as datas, Jorge Peixoto segue a tese de Queirós Veloso, que defendeu que os primeiros estatutos devem ser anteriores a 10 de Agosto de 1563, mas posteriores a 1559, ano da fundação da Universidade e os terceiros foram elaborados depois de 1564, mas são anteriores a 28 de Novembro de 1567, data em que foi passada na capital a carta régia dada por D. Henrique, regente do reino em nome de D. Sebastião.

O texto que transcrevemos é o que existe na Biblioteca Pública de Évora, portanto os designados “terceiros estatutos” e que foram objecto já de outras duas transcrições: a primeira feita por Gabriel Pereira³ e por Armando de Gusmão⁴. É um texto de inegável valor histórico, pelo seu valor jurídico, mas sobretudo pelo que documenta sobre a vida da instituição, em todas as suas dimensões: administrativa,

² - PEIXOTO, Jorge, (1959), “Considerações sobre o regulamento da Livraria da Universidade de Évora”, *Cidade de Évora*, 1959, p. 132.

³ - PEREIRA, Gabriel (1951), *Estudos Eborenses*, Évora, 1951, p. 71-72.

⁴ - Armando de Gusmão transcreveu apenas uma pequena parte dos estatutos; os primeiros 12 capítulos: GUSMÃO, Armando (1943-1944), “Estatutos da Universidade de Évora”, *A Cidade de Évora*, vol. II, 1943-44, nº 3-4.

pedagógica, social e económica. Estruturados em quatro livros; no primeiro trata dos oficiais da universidade, ou seja os funcionários e cargos dirigentes e subalternos: Reitor, Co-Reitor, Cancelário, Bedéis, Conservador, Meirinhos, Almotacés, Taxadores de rendas, Porteiro etc. Além das funções de cada um são indicados as dignidades e ordenados respectivos, o que nos permite aferir a importância económica do texto.

O segundo livro dos Estatutos trata “dos costumes dos estudantes”, incluindo-se nesta designação, a matrícula, o vestuário, as armas, jogos e máscaras, e a visitação, que mais não é do que a visita que o Geral da Companhia de Jesus, ou o seu comissário, devia fazer todos os anos à Universidade e que, à semelhança das determinações tridentinas para o Alto Clero, tem um carácter de inspecção ou correção de costumes. Neste livro é interessante constatar que é expressamente proibido aos estudantes o porte de arma, mesmo defensiva, bem como os jogos de cartas, dados ou outros que na época faziam a delícia da juventude e as ordenações do Reino toleravam⁵. Estas proibições feitas de forma tão enfática, podem ser vistas, como sublinhou Norbert Elias a propósito dos manuais de civilidade⁶, como sendo prova que eram jogos que ocupavam a população em geral, bem como os estudantes em particular, e que os legisladores nada mais faziam do que insistir na proibição. A mesma proibição é enfatizada para o uso de máscaras, que só é permitida “...em alguma representação honesta, como tragédia, comédia, ou outra semelhante no Colégio”⁷.

A honestidade é um dos parâmetros que se exige aos estudantes e que o legislador deixou bem vincada: os estudantes não podem privar em suas casas ou fora delas com mulheres de má vida, sendo decretada para os transgressores uma pena pesada, a multa de 1.000 réis. De acordo com a provisão do Fundador, são mesmo determinadas penas “para as mulheres que não vivem bem” e que se insinuem ou

⁵ - «Posto que pelas ordenações seja permitido que se possam jogar jogos de dados em tabuleiros com tabulas, nenhum estudante os poderá jogar, nem ter as ditas tanolas, e dados em casa, e fazendo o contrário incorrerá em as penas em que incorrem os que jogam cartas ou as têm em casa, e quanto ao jogo de cartas, e dados se guardará o conteúdo na ordenação antiga». *Estatutos*, Livro 2º, cap. 4º, nº 3.

⁶ - ELIAS, Norbert (1989, *O Processo Civilizacional*, Lisboa, D. Quixote, 1989, vol. 1, p. 103-145.

⁷ - *Estatutos*, Livro 2º, cap. 4º, nº 4.

tenham convívio com os estudantes, determinando-se que o Conservador da Universidade aja contra elas como lhe parecer e se necessário as lance fora da cidade⁸.

As determinações sobre o vestuário dos estudantes ocupam a grande maioria dos artigos do capítulo dedicado aos costumes. Tal predomínio deve ser integrado numa sociedade hierarquizada e baseada na honra e no privilégio, que tinha no vestuário um dos indicadores de tal estatuto. Grosso modo, os estudantes estavam proibidos de usar roupas, mantos, vestidos, jaquetas, de cores muito garridas e de seda⁹. Relativamente à seda, a proibição prende-se com a aplicação das pragmáticas contra o luxo e aplica-se a todas as pessoas da Universidade, mas abre-se a exceção “*se for um barrete forrado, ou colar da roupeta, ou chapéu forrado quando andar fora dos estudos*”.

É possível com base nas normas estatutárias apresentar um esboço do vestuário recomendado para os estudantes: roupa escura, calças e mantos, bem cobertos ou compridos, “ao menos até meia perna”, barretes de lã redondos, camisas brancas e sem lavores de cor berrantes (os únicos lavores que se admitem são brancos). As capas que podem usar não podem ser de “capelo”, nem abertas; só as lobas, ou batinas, podem ser abertas e de colar, mas este não pode ter mais de cinco dedos.

Merecem ainda referência os privilégios de uso de cavalo e criadagem. Os Estatutos determinavam que só os estudantes com uma renda superior a 100.000 réis é que podiam usar cavalo; do mesmo modo, os estudantes não podiam ter mais do que um criado, exceptuando-se os que tivessem direito a andar a cavalo, que podiam trazer dois ou até três moços ao seu serviço.

O terceiro livro, referente aos graus e atos públicos, é o que mais interessa para a História do ensino universitário. A Universidade, como Estudo Geral e à semelhança de outras, admitia estudantes desde o ensino das primeiras letras até à licenciatura e doutoramento. O plano de estudos, com os cursos que se ministravam merece uma descrição e pode ser resumido na tabela que se segue.

⁸ - A mesma provisão obriga o Conservador da Universidade a agir contra “qualquer homem, ou homens, que por qualquer via forem prejudiciais e danosos aos estudantes”.

⁹ - « Todos os estudantes, andarão honestamente vestidos, e calçados, e não trarão em nenhum vestido de roupeta, manto, pelote ou calças as cores aqui declaradas. S. [a saber?] amarelo, alaranjado, vermelho, verde, encarnado». *Estatutos*, Livro 2º, cap.3 nº 5.

Tabela 1 – O Ensino na Universidade Jesuítica

Estudos/Cursos	Número de classes	Horas de Aulas¹⁰	Professores e Programa de Estudos
Ler e Escrever	1	2:30h de manhã 2:30h de tarde	« <i>uma classe, na qual se ensine a ler e escrever por dois mestres</i> ».
Latim e Retórica	8	2:30h de manhã 2:30h de tarde	« <i>Haverá na Universidade 8 classes, nas quais se ensine latim, e retórica</i> ».
Artes (Filosofia)	4	2:30h de manhã 2:30 h de tarde	4 Lentes de Artes iniciando-se em cada ano mais um curso: Dialéctica Lógica, Física e Ética Metafísica Filosofia Aristotélica: <i>De Anima</i>
Teologia	6	1:30h de prima 1:00h de véspera	6 Lentes / Lições: S. Tomás (3) Sagrada Escritura (1) Casos de Consciência (2)

(Fonte: *Estatutos da Universidade de Évora*, Livro 3º, cap. 1º).

O ensino do Latim e a aprovação nesse ensino era obrigatório para o ingresso no curso de Artes ou Filosofia; determinando-se mesmo que os alunos externos que demandassem a universidade para estudar artes tivessem de fazer um exame em latim para atestar a sua competência linguística.

No curso de Artes, a parte curricular, designadas então como lições, duravam três anos e meio, reservando-se o segundo semestre do quarto ano, para os exames de bacharéis e depois licenciados. Começava-se com a Dialéctica (1º ano), seguida da Lógica, Física e Ética (2º ano), no 3º ano a Metafísica, pela obra *Parva Naturalia* de Aristóteles. No primeiro semestre do 4º ano concluía-se a Filosofia com a obra de

¹⁰ - «No Inverno começarão as lições pela manhã às 8 horas, e acabarão às 10 e meia. E à tarde começarão às duas, e acabarão às 4 e meia. E no verão, começarão pela manhã às 7, e acabarão às 9 e meia, e à tarde, começarão às 3, e acabarão às cinco e meia». *Estatutos*, Livro 3º, cap. 1º, nº 3. Excetuam-se as férias, bem como o sábado em que só havia aulas de manhã; contudo os sábados de tarde, no curso de Artes, eram ocupados com as disputas, ou como diríamos hoje, debates sobre o ensino que era ministrado.

Aristóteles: *De Anima*¹¹. Mas não é só com os conteúdos que os Estatutos se preocupam, porque também se aponta a didáctica a seguir no curso de artes:

Cada semana haverá três vezes disputas, à terça-feira, e à quinta-feira, e ao sábado pela tarde, desta maneira, que as de terça-feira serão particulares em cada curso, gastando primeiro o mestre somente uma hora em ler, ditar, e repetir as lições passadas, e a hora e meia que fica, se gastará nas ditas disputas, as da quinta-feira, e sábado à tarde hão de ser públicas ajuntando-se os cursos, e em cada um destes dias à tarde se gastarão três quartos de hora em ler e ditar, e uma hora, e três quartos que ficam se gastarão nas disputas públicas, mas as disputas de quinta-feira serão dos discípulos em que eles argumentarão entre si, endereçando-os os mestres, e as dos sábados, dos mestres em que eles somente argumentarão, e em todas estas disputas, assim particulares, como públicas se sustentarão conclusões, e não se repetirão capítulos de Aristóteles¹².

Reconhecia-se, portanto, a importância do método dialético, as disputas, entre os estudantes e dirigidas pelos mestres. Era reconhecer a importância do método escolástico no ensino. A autoridade era, como se deduz do texto, Aristóteles, autor que era a principal fonte e do qual se deveria abordar todos os ensinamento, não repetindo capítulos.

A grande maioria das determinações estatutárias do terceiro livro referem-se aos actos públicos, exames dos bacharéis e licenciados nos cursos de Artes e Teologia. Determinam-se os examinadores, ou júris para cada um, a ordem porque devem ser feitos, o ritual que devem ter, as horas etc. Um dos aspetos tratados com pormenor e rigor quantitativo é o dos pagamentos ou despesas que cada um dos examinados fazia. Por exemplo no exame de bacharel em Artes, o estudante tinha que pagar individualmente 1.740 réis: 1.000 para a Arca da Universidade, 200 ao examinador, 140 ao escrivão, 140 ao bedel, 100 ao meirinho, 80 para o porteiro e 80 ao Co-Reitor. Mas além desta despesa tinha que pagar a sua quota-parte do pagamento feito por todos os examinados e aos mesmos, um total de 900 réis.

Para obter o grau de licenciado em Artes o estudante tinha de realizar diversas provas: primeiro as *mesas maiores*, em que tinha de desembolsar 440 réis de propinas:

¹¹ - Esta obra de Aristóteles não levanta qualquer polémica sobre a sua autoria e compõe-se de 3 livros. A obra centra-se no estudo da alma e tem sido considerada como uma das primeiras sobre a psicologia e teoria do conhecimento.

¹² - *Estatutos*, Livro 3º, cap. 4º, nº 1.

140 para o Escrivão; 140 para o Bedel, 80 para o Meirinho; 60 para o Porteiro e 60 para o Co-Reitor. Depois tinha de realizar as *mesas menores*; em que desembolsava mais 200 réis. Vinha depois o exame de licenciado em que tinha de pagar 2.580 réis aos mesmos a quem pagara no acto de bacharel. Acrescia ainda a sua quota-parte do pagamento conjunto de todos os licenciados e que era de 1.290 réis.

Para obter o grau de Mestre em Artes, o estudante tinha de desembolsar 5.680 réis para as mesmas entidades e mais 200 réis para cada examinador e 100 réis a cada um dos colegas que com ele recebiam o grau.

O livro quarto dos Estatutos trata de outros temas da vida académica, nomeadamente, a prova de curso, as festas e férias, as insígnias, os estudantes estrangeiros, os cuidados de saúde e o enterro de estudantes pobres. São temas que nos permitem compor o quadro da vida universitária. A leitura do capítulo referente aos estrangeiros, permite deduzir que o intercâmbio mais desejado e provavelmente o mais intenso era com as universidades de Salamanca, Lovaina e Paris. Era aos estudantes provenientes dessas universidades que se reconhecia a equivalência nos estudos, dispensando qualquer exame, mas exigindo o pagamento das respetivas propinas.

Foram estas normas estatutárias que estiveram em vigor na Universidade, durante os seus primeiros 200 anos de funcionamento e se as confrontarmos com os testemunhos que dispomos sobre os últimos anos de funcionamento, a ideia que sobressai é a de poucas modificações na estrutura curricular, nos métodos de ensino e na vida académica em geral. Neste domínio, relativamente ao século XVI e até meados do século XVIII, o plano de estudos delineado não está muito desfasado do que é ministrado nas universidades europeias. É certo que as tradicionais verdades científicas começavam a ser postas em causa, com as ideias e descobertas de Copérnico, Galileu e posteriormente Newton, mas essas novas ideias demoraram a chegar ao ensino universitário, particularmente nos países católicos. Por isso, a autoridade continuava a ser Aristóteles.

O panorama alterou-se com o século XVIII, com o avanço das novas ideias e particularmente com a afirmação do Direito Natural e da Física moderna. Francisco Vaz analisou o ensino na Universidade de Évora em meados de setecentos, tomando como referência o testemunho de Bento Farinha que frequentou a Universidade, desde os estudos menores até conclusão do curso de Artes e presenciou o fecho da Universidade

em 1759¹³. Ora o que Bento Farinha descreve corrobora o que dissemos, relativamente ao método e plano de estudos, aos autores que eram utilizados, mas também mostra algumas inovações. Relativamente a estas confirma a existência de uma Aula de Matemática e até de algumas conclusões, que eram o equivalente às nossas teses de final de curso, em que se defenderem princípios da Física, como o peso do ar e a existência de vácuo. O que podemos deduzir é que os mestres jesuítas do século XVIII tinham conhecimento das novas descobertas e princípios da Física moderna mas, salvo raras exceções, não alteraram muito o ensino, mantendo em vigor o mesmo plano de estudos e método.

Relativamente ao conhecimento e actualização científica dos mestres jesuítas, dispomos de duas orações de meados do século XVIII, que consideramos muito interessantes e que também transcrevemos. As duas orações, hoje diríamos lições, versam o tema da História Natural e Antiguidades e foram recitadas numa sessão solene, a festa do Espírito Santo que de acordo com os Estatutos era uma das quatro solenidades que a Universidade devia assinalar em homenagem ao patrono da casa¹⁴. Trata-se, portanto, de textos preparados para uma sessão solene, recitados provavelmente por um dos lentes mais reputados (os textos não indicam o autor), mas que devemos tomar como exemplo sobre o estado dos conhecimentos que eram ministrados na Universidade, pouco antes da sua extinção. É significativo que numa lição dessas se apontem dois temas que teriam na segunda metade de setecentos muitos desenvolvimentos científicos: as Antiguidades e a História Natural. No tema das Antiguidades conjugavam-se, então, o interesse pelo estudo da arte clássica –

¹³ - VAZ, Francisco (1996-1997), “ A Cidade de Évora na vida e obra de Bento Farinha”, *Revista a Cidade de Évora*, Évora, Câmara Municipal, 1996-1997, pp. 447-492.

¹⁴ -« Juntar-se-á toda a Universidade no dito Colégio 4 vezes no ano: dia e todos os Santos que é o dia em que se erigiu a dita Universidade, e o dia da purificação de Nossa Senhora, e a primeira oitava do Espírito Santo que é a invocação do dito Colégio, e Universidade, e o dia que Nosso Senhor for servido de me levar para si». *Estatutos*, Livro 1º, Cap. 2º. nº. 7. Sobre a festa do Espírito Santo: « Todos os anos na 1.ª oitava do Espírito Santo que é a invocação do Colégio, e Universidade, se porão pelas paredes, e colunas do dito Colégio orações, e epigramas do Espírito Santo, e doutras matérias, e a véspera, deste dia, e no mesmo dia à tarde, haverá na sala conclusões públicas, as quais em um ano serão de artes de todos os cursos, e em outro ano, de Teologia *alternatim*». *Estatutos*, Livro 4º, cap. 2º, nº 1. Refere-se á festa do Pentecostes, que tal como a Páscoa é móvel e que no calendário litúrgico, até 1969, se assinalava como a “oitava do Pentecostes”. Correspondia aos oito dias seguintes ao domingo do Pentecostes, neste caso a festa da primeira oitava era o Domingo do Espírito Santo.

anunciando o neoclassicismo – e pela descoberta arqueológica de vestígios das diversas civilizações. A ideia central sobre este tema é que as antiguidades do passado corroboram as verdades da fé católica, a bondade da religião cristã e dos preceitos da Igreja. Neste sentido, a tese do autor é que não há nada a temer ao “desenterrar” vestígios do passado, seja ele fenício, grego ou romano, porque essa prospecção contribuirá para reforçar a religião e a Igreja Católica. Os modelos que vai buscar são quinhentistas, nacionais e eborenses; o arcebispo D. Teotónio de Bragança e André de Resende, são vistos como o paradigma do apaixonado pelas antiguidades e as suas descobertas são o exemplo que se pode e deve imitar:

Sigamos com efeito os passos que se encaminham a saber as coisas ocultas, e o resplandecer da Religião Sagrada: vejamos quando esta alma privilegiada (D. Teotónio de Bragança) na sua carreira entre muitos sepulcros abre um onde descobre inocentes ossos penetrados de ferros, o vaso com sangue, e os instrumentos da final separação postos aos pés; o Santo mártir Caio Sílvio Torpes, em Sines. Ele vê também, e reconhece, o Sepulcro do nosso primo Bispo S. Mâncio; arrebatá-se, e com prazer dá graças ao Céu pelo deixar venerar um glorioso cadáver pelo qual nos veio o primeiro, e mais glorioso conhecimento da Lei da graça, e com o maior desvelo concorreu para enriquecer a sua Basílica com uma sagrada relíquia do seu corpo.¹⁵

É na senda da defesa da religião revelada que o autor da lição se coloca, refutando com as inscrições e textos antigos – mesmo os textos de autores pagãos – os que ousaram afrontar a religião cristã. Mas também os modernos, e sobretudo estes que num “século cego” põem em causa as verdades, como Voltaire, e ousam atacar a Santa Madre Igreja e os seus ministros¹⁶. A menção a Voltaire é significativa, pois se revela o conhecimento da obra do autor francês, mostra também como na Universidade de

¹⁵ - Biblioteca Pública de Évora, Códice, 30, doc. Nº 6, *Oração Académica sobre a História Natural e Antiguidades. Recitada na Cidade de Evora na Universidade na primeira Oitava do Espírito Santo em 1753*, fl. 4. Sobre Resende: «..o Grande Resende, honra, e glória da minha pátria, cujos talentos, investigações, descobertas, e desvelos literários fazem ainda admiração na Europa. Queira Deus que tais memórias estimulem, e inflamem aos meus colegas para continuarem nestes estudos, e descobrimentos, sem que os detenham interessadas intenções, que com sinistros pretextos sufocam a grande honra de Portugal, e esplendor da Religião». Idem, *ibidem*.

¹⁶ - «Zombe Voltaire, e seus sequazes, das sagradas expiações, confundindo-as com os dos incircuncisos, que se estes erraram pelas não saber santificar, eu me compadeço mais de um homem que não só conhecendo, não viu entre si a luz que o cercava: cegueira fatal deste século que até arruma espíritos insensatos no triste canto de serem críticos dos talentos alheios, sem conhecer a fraqueza dos próprios: fraqueza em tudo desprezível sem talento para conhecer talentos provados: mas deixemos- lhe a glória do desonrarem a mesma glória». Ob. cit. fl. 15.

Évora, em meados de setecentos, ecoava o confronto entre deístas e defensores da religião revelada.

Relativamente à História Natural, o autor afirma uma tese característica de outros católicos, como mais tarde Frei Manuel do Cenáculo, que parte do pressuposto que é útil estudar a Natureza, porque a obra revela o seu Criador: «S. *Basílio diz que um feno, e qualquer erva pode exercitar toda a alma meditando sobre a arte que a produziu*»¹⁷. Por isso, também o estudo da Natureza e História Natural está em consonância com a religião revelada e é um útil complemento para melhor compreender a Sagrada Escritura e as parábolas de Jesus Cristo.

Apesar destes testemunhos, que indiciam alguma abertura à inovação e até aceitação de novas ideias, a verdade é que o ensino jesuítico continuava enredado no velho método escolástico e não surgiram no seio da Companhia planos de reforma que os tempos começavam a exigir. Por isso, o poder político, mais preocupado em reforçar o aparelho de Estado e eliminar todos os grupos e interesses que se lhe opunham – e a Companhia era um forte obstáculo a essa centralização e á afirmação de novos modelos económicos de exploração do Brasil – agiu de forma cega e mandou encerrar a Universidade, confundindo a instituição com os seus usufrutuários, prendendo e perseguindo os mestres jesuítas¹⁸. E deste modo a Universidade fechou as suas portas duzentos anos depois de ter sido fundada.

2- O Ensino no Colégio do Espírito Santo (1759-1974)

O segundo período corresponde aos anos em que o espaço da Universidade – em particular o edifício do Colégio do Espírito Santo - albergou diferentes instituições mantendo, contudo, a sua finalidade educativa: os Professores Régios (1759-1776), o ensino dos frades da Terceira Ordem de S. Francisco (1776-1834); a Casa Pia (1836-1957) e finalmente o Liceu de Évora (1841-1976). Para todos coligimos textos que nos

¹⁷ - Ob. Cit., fl.17.

¹⁸ - A posição mais sensata e racional teria sido reformar a Universidade, colocando novos mestres, novos planos de estudos, tal como se fez em 1772 para a Universidade de Coimbra. Ou seja, deveria ter-se assegurado a continuidade do ensino universitário em Évora, ainda que sacrificando os Jesuítas. Mas em política nem sempre o bom senso e a razão são fundamento para as decisões, sobretudo em matéria educativa, pois que cada novo governo em Portugal traz normalmente uma nova reforma para o ensino.

permitem a percepção sobre a continuidade do ensino. Assim, reunimos um conjunto de fontes sobre o ensino no tempo de Pombal, com destaque para a *Memória Literária* de Bento José de Sousa Farinha e para uma outra memória, da autoria de Frei Vicente Salgado, que descreve o Colégio do Espírito Santo e espaços anexos em finais do século XVIII. Francisco Vaz analisou os dois documentos¹⁹, gostaríamos, apenas de acrescentar uma pequena nota sobre a memória que Vicente Salgado deixou e foi escrita na qualidade de responsável pelo Colégio do Espírito Santo, recebendo mesmo o título de Reitor do estabelecimento. É um texto que, à falta de imagens sobre o edifício e os bens que em 1776 aí se encontravam, nos dá um retrato pormenorizado do Colégio e daí a sua importância histórica. De facto, Vicente Salgado descreve com pormenor as várias dependências, com destaque para os locais de culto, mas não esquece o resto dos espaços: dormitórios, livraria, aulas, portaria, pátio dos estudos, enfermaria, cercas e casas da criadagem anexas. Com o seu texto, ficamos a par do estado em que se encontravam algumas dependências e as obras que o próprio teve de realizar, nomeadamente, os telhados, canalizações de água e torneiras.

Coligimos também orações que testemunham a renovação do ensino no início de oitocentos e sob os auspícios do arcebispo Manuel do Cenáculo, uma descrição do saque feito pelos franceses ao edifício em 1808 e textos sobre a criação e funcionamento da Casa Pia de Évora (1836-1957) e do Liceu de Évora (1841-1976). Trata-se de um conjunto documental que permite acompanhar a vida destes estabelecimentos ao longo dos séculos XIX e XX e, mais do que dar um quadro completo das instituições e dos diferentes ensinamentos que se desenvolveram, possibilita abrir pistas para novas investigações.

Os textos que apresentamos sobre o funcionamento da Casa Pia datam de 1836, o *Regulamento da Casa Pia do Distrito de Évora*, uma *sindicância* feita em 1879, por uma Comissão nomeada para o efeito para examinar a escrituração e mais actos da administração do estabelecimento e, por último, uma edição comemorativa de 1928 *Casa Pia Instalada neste edifício em 11 de Agosto de 1836 - Apontamentos desde a sua*

¹⁹ - VAZ, Francisco (1996-1997), “ A Cidade de Évora na vida e obra de Bento Farinha”, *Revista a Cidade de Évora*, Évora, Câmara Municipal, 1996-1997, pp. 447-492; VAZ, Francisco (2009), “O Ensino no Colégio do Espírito Santo – Desde a Expulsão dos Jesuítas à Fundação do Liceu”, *REVUE – Revista da Universidade de Évora*, nº 10-11, Abril de 2009, pp. 146-159.

fundação, descrição e roteiro dos seus edifícios (11-8-1836 – 11-08-1928), que contem um conjunto interessantíssimo de textos sobre a instituição.

O *Regulamento da Casa Pia* (1836) descreve a organização desta instituição inovadora e exemplar, a sua administração, funcionamento das aulas e oficinas, admissão dos jovens e asilados e outros aspectos da sua orgânica, como a *Tabela dos vencimentos dos empregados da Casa Pia*, publicado cerca de dois meses depois Regulamento e como anexo deste.

A instituição, apesar de beneficiária de amplas rendas das propriedades que faziam parte do seu legado, teve de facto altos e baixos no seu percurso de 121 anos em que permaneceu no Colégio do Espírito Santo. O muito interessante estudo realizado por Maria Isabel Gameiro²⁰ conta-nos a história desta instituição explicando as suas profundas ligações às elites locais e as causas da sua decadência do final do séc. XIX, nunca suficientemente contrariadas, nem mesmo com o facto de D. Luís a ter colocado sobre a sua protecção em 1887, passando a denominar-se Real Casa Pia de Évora.

Foi, portanto, vasto o património que a instituição recebeu e, graças a ele pode, não só sobreviver, como tornar-se uma das maiores instituições de crédito da cidade de Évora, posição que manteve até à década de 1880, apesar da aplicação da Lei de Desamortização, à sombra da qual se fizeram verdadeiros e rendosos negócios, o que diminuiu muito os rendimentos da Casa Pia, que viu serem vendidas, por insignificantes quantias, propriedades suas que valiam, e valem, enormes importâncias.²¹

Isto mesmo nos dá conta o documento sobre a referida sindicância, comprovando que, quarenta anos após a sua fundação, a Casa Pia de Évora se encontrava numa situação decadente, quer a nível das condições físicas do espaço ocupado, quer do ensino que era ministrado. No primeiro domínio o relatório da comissão dá conta das fracas condições de higiene, incluindo neste parâmetro a descrição das diversas componentes do edifício (dormitórios, enfermarias, aulas, oficinas, latrinas etc.) e a alimentação dos colegiais. O que se deduz do trabalho da comissão é o retrocesso de algumas normas de higiene, nomeadamente, a supressão de banhos frios de dez em dez dias, a insuficiência de roupas e uma alimentação deficiente,

²⁰ GAMEIRO, Maria Isabel (2000), *Recolher, Educar e Instruir – A Casa Pia de Évora (1836-1910)*, UNLFCSH, Lisboa, 2000.

²¹ GAMEIRO, Maria Isabel (2000), *Recolher, Educar e Instruir*, op. cit., p. 108 e 109.

a que a comissão médica atribui a elevada mortalidade dos alunos registada e que terá sido a razão principal desta sindicância.

Vale a pena fazer uma leitura dos números apontados sobre a mortalidade de alunos nos quarenta anos de funcionamento da Casa Pia. De acordo com o texto, frequentaram a Casa Pia, desde 1836 a 1879, 1.173 alunos, tendo falecido 163, ou seja uma percentagem de 14%. Esta taxa de mortalidade apresenta variações de género: a taxa de mortalidade feminina (20%) é muito maior que a masculina (10%) e variações de índole social relativas à origem das crianças. Ou seja e como concluiu a Comissão de sindicância : “ *a mortalidade do sexo feminino é dupla da do sexo masculino – a dos expostos mais do que a dos órfãos – a das expostas igualmente mais do que a das órfãs* ”²².

O documento inclui também um capítulo dedicado à educação, onde se faz um diagnóstico negro do ensino ministrado na instituição nos anos de 1877-1879. Assim, relativamente á Instrução primária havia duas aulas, uma aula régia e outra nocturna. Na aula régia matricularam-se no ano lectivo de 1877-1878, 191 alunos (127 da Casa Pia e 72 de fora). Na aula nocturna matricularam-se 42 alunos, incluindo alguns alunos da aula diurna. Ora, ambas as classes eram leccionadas pelo mesmo professor e dai a constatação:

Como será possível que um só homem ensine devidamente um tão grande número de crianças, que entram na escola analfabetas, faltas de educação e de conhecimento? Pouco é ele para as fazer conter no sossego e respeito devidos. Um só professor em uma só aula ensinar com aproveitamento instrução primária a 200 crianças, afigura-se à Comissão empresa que excede humanos esforços²³.

A sindicância relativa ao ensino primário incluiu mesmo o exame feito a alguns alunos e que levou a conclusão que a “ *grande maioria porém mal sabe ler*”. A tabela seguinte sintetiza os dados apresentados.

²² - Arquivo Distrital de Évora, Fundo Casa Pia G , *Sindicância. 11 de Agosto de 1879*, Cap. Administração, fl.7v .

²³ - *Idem*, Cap. Educação, fl.26.

Tabela 2- Ensino na Casa Pia de Évora 1877-1879

Aulas/ Oficinas	Número de alunos	Avaliação
Instrução Primária	233 ²⁴	“A grande maioria porém mal sabe ler”.
Desenho	18	“2 bons, 9 sofríveis e 7 zero”.
Música Instrumental	30	“9 com bom desenvolvimento, 7 com desenvolvimento regular, 13 com pouco desenvolvimento, e 1 com muito pouco desenvolvimento”.
Música Vocal	45	“2 bons, 5 sofríveis, 14 com algum aproveitamento, 15 com pouco aproveitamento, e 9 sem aproveitamento algum”.
Oficina Carpinteiro	9	“1 com aproveitamento regular, 3 com pouco aproveitamento; e 5 com muito pouco aproveitamento”.
Oficina de Alfaiate	16	“1 com aproveitamento regular, e 15 com muito pouco aproveitamento ou muito pouco desenvolvimento.
Oficina de Sapateiro	20	“com aproveitamento 1 e com pouco desenvolvimento 15”.

(Fonte: Arquivo Distrital de Évora, Fundo Casa Pia G, fls. 25-28)

A avaliação que se indica na tabela é transcrita do relatório da comissão de sindicância, onde se refere que é da autoria dos respectivos professores ou mestres (para o caso das oficinas). Acrescia a este ensino a Educação Moral e Religiosa, para a qual não se apontam números, mas se considera que estava muito descurada. Enfim, o que se conclui no documento é que o ensino se encontrava numa decadência em todos os domínios, particularmente a nível do ensino profissional, e muito longe do que se teria conseguido nos primeiros tempos da instituição:

Houve tempo em que as oficinas de carpinteiro e marceneiro, eram verdadeiras escolas, de onde saíram mestres e bons mestres que, hoje estabelecidos na cidade,

²⁴ - Os dados referem-se ao ano letivo de 1877/1878. No ano anterior o número indicado é de 255.

atestam bem esta afirmativa. Actualmente existem ainda oficinas na casa mas os seus discípulos somente atestam a decadência e o atraso do ensino.

O Liceu: “*Até as colunas sabem ler!*”²⁵. Rivalizando com a Universidade henriquina, o Liceu Central de Évora, instalado no magnífico edifício do Colégio do Espírito Santo no dia 14 de Outubro de 1841 pelo, então, Administrador Geral do Distrito (Governador Civil) José das Neves Barbosa, permaneceria neste espaço durante cento e trinta e cinco anos. Por esta razão, naturalmente, na memória dos eborenses cala mais fundo a recordação do antigo Liceu que a da jovem universidade restituída²⁶:

Foi neste ambiente de maravilha e erudição que foi instalado o Liceu Nacional de Évora em 14 de Outubro de 1841 pelo Administrador Geral do Distrito, José das Neves Barbosa, que em nome de sua Majestade, a Rainha D. Maria II, o entregou solenemente aos três únicos e primeiros professores;

- João Luís de Sousa Falcão, Reitor e professor de Gramática e Língua Latina;
- Joaquim Helidoro da Cunha Rivara, professor de Ideológica, Gramática Geral e Lógica;
- João Gonçalves Fino, Secretario e professor de Oratória, Poética e Literatura Clássica, especialmente a Portuguesa.

O auto tem a data de 16 de Outubro e foi lavrado pelo primeiro Oficial da Secretaria, João Rafael Pinhão.

As aulas começaram a funcionar com 16 alunos no dia 18 de Outubro do mesmo ano, conforme se verifica pela primeira acta da sessão do Conselho Escolar com data do próprio dia 18, utilizando apenas as ‘escolas’ dos gerais da Antiga Universidade, rés-do-chão do grandioso claustro.

Nas restantes zonas do edifício estavam instaladas : a Administração Geral do Distrito (Governo Civil, a partir de 1842: a Casa Pia desde 1836, a Direcção de Finanças²⁷.

Instituição educativa que marcaria muitas gerações de alentejanos, contou no seu seio com uma plêiade de professores carismáticos como Cunha Rivara, Bartolomeu Gromicho ou Vergílio Ferreira, e com alunos não menos célebres, como os irmãos

²⁵ Frase atribuída ao Marques de Abrantes aquando de uma visita ao Liceu de Évora referindo-se aos séculos de ensino naquele ambiente, in GROMICHO, Bartolomeu (1941), *O Corvo*, Évora, 1941, p. 31.

²⁶ PEREIRA, Sara Marques (2006), *Memórias do Liceu Português*, Livros Horizonte, Lisboa, 2006.

²⁷ - GROMICHO, Bartolomeu (1941), *O Corvo*, Évora, 1941, p. 28

Espanca (Florbela e Apeles) cuja memória deste último ainda figura na placa comemorativa na entrada do portão de ferro, ou Armando Gusmão, Tomás Alcaide, Hernâni Cidade, Gustavo Cordeiro Ramos e tantos e tantos outros, alguns, mais tarde ali também professores.

Tabela 3 – Frequência do Liceu de Évora (1841 a 1941)

Anos	Alunos *	Alunas *	Total
1841	17	-	17
1842	31	-	31
1843	29	-	29
1844	28	-	28
1845	35	-	35
1846	41	-	41
1847	41	-	41
1848	63	-	63
1849	72	-	72
1850	98	-	98
1851	91	-	91
1852	83	-	83
1853	75	-	75
1854	105	-	105
1855	96	-	96
1860	168	-	168
1871	265	1 (1872)	266
1881	86	1	87
1891	263	5	268
1901	244	4	248

1911	214	22	236
1921	303	86	389
1931	478	131	609
1941	509	255	764

* Alunos internos e externos

(Fonte: O Corvo, Évora, 1941, p. 38)

Em rigor, a conservação do edifício ficou-se a dever sobretudo à permanência do Liceu, particularmente nas últimos cinco décadas da sua existência, muito mais do que à Real Casa Pia de Évora, sua ‘fiel depositária’ desde 1913, que pelas contínuas dificuldades financeiras levou à deterioração dos espaços a ela confiados, parte superior do edifício, cozinhas e refeitório e hortas.

O Liceu tornar-se-á a instituição dominante deste espaço. O contínuo crescimento de alunos e a função social que desempenhava levaram a que, de inquilino da Casa Pia, e vizinho de outras instituições, fosse nesses cinquenta anos alargando a hegemonia espacial no Colégio o que, coincidindo com a direção de um reitor extraordinariamente empenhado, haveria de ser o mote para as obras de reconstrução que devolveriam ao vetusto espaço a sua antiga dignidade nas décadas de trinta, quarenta e cinquenta.

Quer na recuperação das salas de aula e Sala dos Actos (1930-1941), corredores e jardins, bem como em outras modernidades que o tempo exigia, como os laboratórios de Química e Física, ou o gabinete de Ciências Biológicas (1931) ou ainda os campos de jogos e o ginásio, a figura de António Bartolomeu Gromicho (1891-1964) destaca-se. É ao seu reitorado de trinta anos (1929-1959), deste antigo aluno da casa, deputado, presidente do Grupo Pró Évora, Vereador, Director e fundador do *Boletim da Cidade de Évora* (1941), que se devem a maior parte das iniciativas de recuperação e adaptação do edifício e a sua afirmação como instituição educativa de referência.

A listagem das obras que decorreram de 1930 a 1941 é impressionante:

- a) Abertura das galerias da Sala dos Actos com a desobstrução da varanda, com a demolição do chamado “Salão da Casa Pia”, e substituição do pavimento de tijolo por lajes de mármore;
- b) Substituição do pavimento de granito de três das quatro alas do claustro maior com igual substituição da soleira de todas as portas e escadas laterais de mármore;
- c) Substituição por pavimento de tacos de madeira do piso desgastado da sala da Secretaria (actual sala 122) Sala dos Professores (idem 104) e Reitoria (idem 123);
- d) Arranjo das portas do Pátio dos Gerais, e pintura de todas as portas e janelas do edifício;
- e) Construção de uma sala para casa de banho das alunas (na entrada do portão de ferro) com transferência dos azulejos desta sala para o vestíbulo;
- f) Transformação do Gabinete de Química;
- g) Montagem da instalação interior de luz eléctrica e das campainhas;
- h) Reconstrução da Sala de Actos;
- i) Construção do ginásio, ringue de patinagem e campos de jogos , o “*stadium* Bartolomeu Gromicho”²⁸;
- j) Colocação do portão de ferro forjado e arranjo de toda a frente da entrada.

Mas o processo de posse do edifício não escondeu fases de acesa conflitualidade, principalmente entre a Casa Pia, proprietária por escritura desde 1913, e o Liceu.

Tal como noutros pontos do país os vastos espaços dos extintos conventos foram a incubadora de muitas das recém-criadas instituições liberais, entre elas dos Governos Civis e dos liceus. Mas nesse ensejo se colocava, por vezes nos enormes edifícios instituições que não tinham nenhuma relação entre si.

Foi este o caso do Colégio do Espírito Santo albergando a Casa Pia de Évora (1836), o Governo Civil (1858), as Finanças e a Escola Industrial e Comercial (1913), nascida no seio da Casa Pia mas depois autonomizada.

²⁸ GROMICHO, Bartolomeu (1943), *I Centenário do Liceu de Évora – 18 de Outubro de 1841-1941*, Separata do Boletim A Cidade de Évora, Évora, 1943, p. 16.

O Governo Civil saiu em 1911 para o Palácio Amaral, as Finanças, em 1931 com idêntico destino, deixando livre todo o corredor da ala superior nordeste. Depois seria a vez da Escola Industrial e Comercial deslocar-se para o Convento de Santa Cecília em 1951, mas a Casa Pia só libertaria o espaço em 1957.

Todavia, mesmo sem a libertação total do espaço, por pressão do reitor, aquela foi acabando por ceder ao Liceu um significativo conjunto de terrenos que cercavam o edifício na parte posterior, vestígios das antigas hortas do Convento, depois transformadas em espaços para a prática da educação física.

Apesar de se vir a tornar num dos liceus de referência nacional, haveria de enfrentar as mesmas dificuldades que o restante ensino secundário enfrentou até à sua afirmação, já no final do séc. XIX²⁹. A superação do conflito entre regime de disciplinas ou de classes, a profissionalização do corpo docente, o alargamento do conjunto de disciplinas oferecidas e a clarificação das duas especialidades de Letras e Ciências, a introdução das línguas estrangeiras como o Francês e Inglês, dos trabalhos laboratoriais, foram algumas das reformas que contribuíram para credibilizar a instituição liceal pública.

O aumento da escolarização secundária pública feminina verificou-se só a partir de 1900-1910 devendo-se, talvez, à criação de uma melhor reputação que o ensino liceal passou a ter, bem como com a difusão, em parte republicana, de uma imagem social da mulher onde a escola passava a ter um papel relevante³⁰.

As primeiras três professoras do Liceu de Évora, Gabriela Ramalho, Joaquina Simões e Maria Ascensão Rebocho só entrariam ao serviço em 1930. Disso mesmo nos dá voz o incontornável Bartolomeu Gromicho, no igualmente fundamental número comemorativo do jornal *O Corvo* (1941):

²⁹ Principalmente com a chamada Reforma de Jaime Moniz (1895-95) que tornaria obrigatório o regime de exames nacionais e com isto a moralização geral do ensino liceal público

³⁰ Mas não se pode descurar que este milagre da multiplicação das alunas nos liceus portugueses no início do séc. XX também estava directamente associado a um aumento do corpo docente feminino neste nível, e em muitos casos (não o de Évora que funcionaria em regime de coeducação) da construção de edifícios próprios (caso do Liceu Maria Pia 1906 em Lisboa) ou do funcionamento de secções femininas nos liceus (caso de Coimbra, Porto e Lisboa de 1911 a 1915).

A população feminina do Liceu estreou-se em 1888 [...] no entanto, as primeiras alunas que fizeram exames no Liceu, como externas, remontam a 1872 [...]. É depois de 1900 que a população feminina se estabelece sem interrupção. Assim, em 1907 matriculou-se a primeira aluna da série ininterrupta: Luzia Leite Brandão.

Em 1909-1910 o núcleo feminino atinge a dezena. Sabe-se quanto de coragem era necessário possuir, quer da parte das alunas, quer da parte das famílias, para arrostar com o ambiente um tanto desordenado dos rapazes, habituados ao à vontade de maneiras e linguagem em voga no claustro do Liceu, com o reservado, e às vezes hostil, acolhimento de alguns professores, e ainda os preconceitos do meio citadino, que fantasiava grave perigo moral para as raparigas em promiscuidade escolar.

Como homenagem cito os nomes da dezena corajosa de 1909-1910:

Alice Ribeiro

Mónica Vieira Berlim

Olga Rebelo Simões

Joaquina Rosa Cutileiro

Florbela Dalma da Conceição Espanca

Carolina Condeço

Judite Augusta de Andrade

Florinda Paiva

Cecília Baptista

Maria Castilho Gady³¹.

A perspetiva da saída do Liceu do seu espaço carismático foi uma das razões do conflito entre Bartolomeu Gromicho e as ditas ‘forças vivas da cidade’, falava-se então já da restauração da Universidade de Évora, ideia que o Congresso do IV Centenário (1959) veio consagrar nos espíritos alentejanos em geral, e eborenses em particular.

Do Liceu (1841 a 1976) apresentamos o famoso decreto de criação dos Liceus (1836), conhecido pelo nome do seu mentor, Passos Manuel (Manuel da Silva Passos 1801-1862), mas na realidade elaborado pelo Professor de Coimbra José Alexandre de Campos, além de imagens gentilmente cedidas do Arquivo Fotográfico da Escola André de Gouveia e ainda a publicação comemorativa do 1º Centenário (1841-1941), um nº especial do jornal *O Corvo* (1921-1984), uma das mais carismáticas publicações da instituição, iniciada no dia 1º de Novembro de 1921 e que se compunha de um conjunto de textos e imagens sobre o quotidiano do liceu, homenagens a professores, versos e outras prosas. O número do centenário de 1941 faz um notável apanhado da História da instituição, trazendo a público com conjunto documental extremamente interessante, a que juntamos a edição de 1943 da separata da revista *A Cidade de Évora* também ela dedicada ao 1º Centenário do Liceu de Évora.

³¹ GROMICHO, Bartolomeu (1941), *O Corvo*, Évora, 1941, p. 35.

3- Da refundação da Universidade (1973) até ao Presente ³²

A última parte corresponde á História recente da instituição, aos últimos anos, da criação do Instituto Universitário de Évora (1973) à refundação da Universidade (1979), processo iniciado com a famosa Reforma de Veiga Simão (1973) - nome do Ministro cuja História acabou fixando ao de todo o movimento. Esta reforma representou, nas palavras de Rui Grácio, um amplo projecto de renovação educativa, fruto de anos de reflexão e trabalho de uma “*trama complexíssima de iniciativas, estudos, acções e vicissitudes de um processo que mobilizou tantas e diversificadas pessoas e instituições*”³³.

José da Veiga Simão³⁴, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, assumiu a Pasta da Educação a 15 de Janeiro de 1970 exercendo-a até à Revolução de 25 de Abril de 1974 e, de entre as medidas legislativas mais relevantes que produziu enquanto Ministro, salientou-se a famosa Lei nº 5/73 que aprovou as bases a que devia obedecer a reforma do sistema educativo. Nos Princípios Fundamentais, Base II, da Lei nº 5/73 de 25 de Julho destacavam-se exactamente esses princípios democráticos:

a) Assegurar a todos os Portugueses o direito à educação, mediante o acesso aos vários graus de ensino e aos bens da cultura, sem outra distinção que não seja a

³² PEREIRA, Sara Marques (2009), “Levantada do Chão – A refundação da Universidade de Évora (1973-1979), in *REVUE – Revista da Universidade de Évora*, nº 10 e 11, Évora, 2009.

³³ GRÁCIO, Rui (1973), *Os Professores e a Reforma do Ensino*, Livros Horizonte, Lisboa, 1973, p. 20

³⁴ Professor e político português, José da Veiga Simão nasceu a 13 de Fevereiro de 1929, na Guarda. Licenciou-se em Ciências Físico-Químicas na Universidade de Coimbra e em 1957 obteve o Doutoramento em Física Nuclear (PhD) pela Universidade de Cambridge. Adquiriu o grau de Professor Catedrático, em 1961. Dois anos depois foi nomeado reitor da Universidade de Lourenço de Marques, em Moçambique, cargo que desempenhou até 1970. Para uma biografia mais detalhada, bem como para a identificação da sua obra à frente do Ministério da Educação consultar: http://www.sg.min-edu.pt/expo03/min_03_veiga_simao/expo0.htm

resultante da capacidade e dos méritos de cada um, para o que deverá organizar e manter os necessários estabelecimentos de ensino, investigação e cultura e estimular a criação e o desenvolvimento de instituições particulares que prossigam os mesmos fins;

b) Tornar efectiva a obrigatoriedade de uma educação básica generalizada como pressuposto indispensável da observância do princípio fundamental da igualdade de oportunidade para todos;

c) Facilitar às famílias, mediante adequadas formas de cooperação, o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos;

d) Garantir a liberdade de ensino em todas as suas modalidades;

e) Fomentar e coordenar as actividades respeitantes à educação nacional.³⁵

Na realidade, todo este movimento representava muito mais do que um projecto de renovação educativa, as consequências iriam ultrapassar, em muito, as fronteiras do sistema de ensino, e para muitos quadrantes da sociedade portuguesa as discussões em torno destas propostas representavam uma real abertura democrática do regime, tal como refere Stephen Stoer:

A excepcional importância desta reforma tornou-se ainda mais clara quando da comunicação ao País, a 6 de Janeiro de 1971, pelo Ministro da Educação do Governo de Caetano, Prof. Veiga Simão. No decurso da sua alocução, Veiga Simão apresentou as linhas gerais da sua reforma de ensino para Portugal, na forma de dois textos destinados a serem publicados, de molde a proporcionar uma ampla e aberta discussão: o Projecto do Sistema Escolar e as Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior [...] estes dois documentos atraíram a atenção de todos os portugueses ‘tornando-se, sob alguns aspectos, o ponto crucial da vida sociopolítica’, o que não era de estranhar, dado que vinham ‘corporizar um conjunto de aspirações, necessidades há longo tempo sentidas pelo povo português e pelas suas instituições de ensino.’³⁶

De maneira a permitir o completo conhecimento e a ampla discussão do *Projecto do Sistema Escolar e das Linhas Gerais de Reforma do Ensino Superior*

³⁵ Presidência da República, Lei nº 5/73 de 25 de Julho, in *Diário do Governo*, I Série, nº 173, Quarta-feira 25 de Julho de 1973, pp. 1315 e 1316.

³⁶ STOER, Stephen R. (1981), ‘A reforma Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou “disfarce humanista”?’ in *Análise Social*, Vol. XIX (77-78-79), Lisboa, 1983, p. 793.

haveriam de se distribuir mais de cinquenta mil cópias a todas as escolas e graus de ensino. Pedagogos, professores, alunos, pais e associações de estudantes a elas tiveram acesso. Assim, além da difusão efectuada pelos meios de comunicação social, poder-se-ia dizer que estas propostas foram do conhecimento do “País inteiro”, como salientaria Rita Pinto Leite³⁷:

Na Lei nº 5/73 perseguiram-se dois objectivos muito claros: por uma lado a democratização / generalização do ensino; por outro a modernização da própria estrutura económico-social, de modo a tornar o país competitivo frente aos parceiros europeus e mundiais. Necessariamente este último objectivo teria de incidir, particularmente, no ensino superior, na medida que se tratava de formar as novas elites capazes de cumprir o desiderato desenvolvimentista do regime. Até porque, a falta de potencial científico-tecnológico era já vista na altura como uma séria ameaça à independência cultural, económica e até política³⁸.

Por todas estas razões a Universidade, que naturalmente representava o “topo da pirâmide” do ensino, teria de se modernizar de molde a funcionar como o verdadeiro motor do desenvolvimento nacional, papel que lhe estava destinado no espírito e forma da legislação reformista.

Tema tão antigo quanto caro à tradição político educativa portuguesa - desde os projectos ilustrados do séc. XVIII aos ideários liberais e republicanos dos séculos seguintes - a educação era de novo considerada veículo fundamental do modelo de desenvolvimento.

Mas, se para estes a escolarização, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino foram a base das propostas, na reforma Veiga Simão, a democraticidade de acesso assumia correlata importância com o desenvolvimento do ensino superior. Primeiro, porque a democraticidade levaria, previsivelmente, ao aumento da escolarização e, conseqüentemente, a uma maior procura do ensino superior. Segundo, porque o papel das instituições de ensino superior deveria ser alterado de acordo com as expectativas de

³⁷ LEITE, Rita Pinto (1973), *A Reforma do Sistema Educativo*, Ministério da Educação Nacional, Lisboa, 1973, p. 10.

³⁸ STOER, Stephen R. (1981), ‘A reforma Veiga [...] op. cit, p. 800.

desenvolvimento criadas. A Universidade constituiria, assim, a peça chave - o motor deste veículo.

Por esta razão, poucos dias depois da publicação da Lei 5/73, seria promulgada e publicada a Reforma do Ensino Superior (Decreto-Lei nº 402/73), que renovava, expandia e diversificava as instituições nacionais de ensino superior. Mas o projecto, verdadeiro ponto axial da reforma Veiga Simão, acabaria também levantando algumas resistências, desde logo no Conselho de Ministros. Quando aí apresentado, foi rejeitado pela maioria, valendo então a persistência do Presidente do Conselho, Marcelo Caetano:

Não deixa de ser curioso que o Decreto-Lei, criador de novas Universidades e Institutos Politécnicos, de entre 15 Ministros, só dois lhe concederam o apoio total, três, um apoio com emendas que o desfiguravam e dez pronunciaram-se contra... Uma conversa, no dia seguinte ao Conselho de Ministros, entre o Ministro da Educação e o Presidente do Conselho, reverteu a situação, não se concretizando a demissão solicitada pelo primeiro. Vale a pena referir este facto como justa homenagem a Marcelo Caetano.³⁹

No debate realizado na Assembleia da República, também se levantariam vozes críticas: entre aqueles que receavam a “banalização” e “empobrecimento” do ensino superior consequente à democratização; aqueles outros que a apelidavam de “vaga” e “abstracta”; e ainda os que a consideravam “antidemocrática”, por nada falar da despolitização do ensino ou da participação dos estudantes na gestão das escolas e universidades. Ainda assim, apesar das críticas e desconfianças levantadas por alguns deputados, as intervenções na Assembleia foram maioritariamente favoráveis, e a Proposta de Decreto-Lei foi aprovada.⁴⁰

O Decreto-Lei nº 402/73, trazia, como principais consequências: a abertura de novas Universidades, Institutos Universitários, Institutos Politécnicos e Escolas

³⁹ SIMÃO, Veiga (2004), “Comemorações do 30º aniversário da tomada de posse da Comissão Instaladora do Instituto Universitário de Évora”, Évora, 2004, p. 4.

⁴⁰ STOER, Stephen R. (1981), ‘A reforma Veiga...’, op. cit. p. 803 e ss.

Normais Superiores, bem como uma nova reorganização das instituições existentes, prevendo-se ainda uma maior especialização, ligando o ensino e a investigação aí praticados, com os problemas nacionais e regionais; buscando uma interligação das instituições, nomeadamente entre Universidades e Institutos Politécnicos, fomentando-se a continuidade dos estudos dos alunos dos Institutos Politécnicos nas Universidades; a revisão do estatuto da carreira docente, a atribuição dos graus, e uma maior e melhor interligação entre a docência e a investigação:

O Plano de expansão e diversificação do ensino superior foi definido pelo Governo para corresponder à necessidade de assegurar o desenvolvimento social e económico do País, que exige um número cada vez mais elevado de cientistas, técnicos e administradores de formação superior, dotados de capacidade crítica e inovadora. A criação de novas Universidades, Institutos Politécnicos e Escolas Normais Superiores insere-se, desta forma, no contexto natural da expansão do ensino e do desenvolvimento da sociedade portuguesa.⁴¹

Em 4 de Janeiro de 1974, o Ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, deu posse ao Reitor e à Comissão Instaladora da Instituto Universitário de Évora. A sessão solene decorreu na Sala dos Actos da Universidade e nela participaram as principais entidades das três províncias do sul de Portugal e numerosos estudantes⁴². O ministro fora recebido no dia anterior entusiasticamente pela população da cidade e no seu discurso apontou as razões da escolha de Évora e da refundação do ensino universitário e enunciou um programa de intervenção, pautado pelo humanismo e modernidade educativa:

Na sua missão de pesquisa, eliminando a tentação do refúgio em «torres de marfim», e nos quadros de uma missão de serviço à comunidade, deve ter-se sempre presente a necessidade duma progressiva convergência para os objectivos nacionais de desenvolvimento global. Torna-se, pois, necessário articular equilibradamente a investigação fundamental, que é específica das Universidades, com a natural sequência

⁴¹ Ministério da Educação Nacional, Decreto-Lei nº 402/73 de 11 de Agosto, *Diário do Governo*, I Série, nº 188, Sábado, 11 de Agosto de 1973, p. 1401.

⁴² . “ Mais de dois séculos Depois a Universidade de Évora Recomeça”, *Diário de Notícias*, 5 de Janeiro de 1974. A imprensa nacional e regional fala de Universidade esquecendo a designação oficial de Instituto Universitário.

imposta pelos projectos de investigação aplicada. E cabe ainda a esta instituição conciliar os imperativos da sua dimensão nacional com as exigências concretas de uma região e das suas gentes que naturalmente dela esperam contributos irrecusáveis⁴³.

Os trabalhos da Comissão Instaladora, o funcionamento do Instituto Universitário de Évora, até 1979, nomeadamente, os cursos instituídos, os edifícios em que funcionavam os ensinos, bem como as diligencias feitas junto do governo numa conjuntura política marcada pela instabilidade, foram analisados por Sara Pereira⁴⁴.

Com o Decreto-lei nº 482/79 de 14 de Dezembro o governo extinguiu o Instituto Universitário e criava a Universidade de Évora, que recebeu todos os direitos e obrigações do primeiro⁴⁵. Concluía-se assim o processo de refundação da Universidade que, por ironia ou fado, viu, mais uma vez associada uma data terminada em 9 a mais um momento alto da sua longa História. Deste modo, 420 anos depois da sua fundação a Universidade de Évora retomava a sua missão educativa num contexto marcado pela democracia e pela globalização.

Para ilustrar este período apresentamos o Decreto-Lei nº 402/73 (criação do Instituto Universitário de Évora) e o nº 482/79 de 14 de Dezembro (criação da Universidade de Évora); discurso do Ministro Veiga Simão e do primeiro Reitor Ário Lobo de Azevedo na cerimónia da tomada de posse da Comissão Instaladora (1973), e por fim, os primeiros (1989) e os segundos estatutos da academia (2008).

Francisco António Lourenço Vaz

Sara Marques Pereira

⁴³ - *Economia e Sociologia*, nº 18, Évora, 1974.p.99.

⁴⁴ - PEREIRA, Sara (2009) , “Levantada do Chão . A Refundação da Universidade de Évora (1973-1979)”, *Revue. Revista da Universidade de Évora*, nº 10-11, 2009, pp. 214-233.

⁴⁵ - Decreto Lei nº 482/79 de 14 de Dezembro de 1979, *Diário do Governo I Série*, nº 287, p. 3229.